



TONDELA
MUNICÍPIO

Município de Tondela

www.cm-tondela.pt

CADERNO DE ENCARGOS

**Prestação de Serviços para montagem, assistência técnica e
desmontagem da instalação elétrica da FICTON 2024**



ÍNDICE

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º – Objeto

Artigo 2º – Prazo de execução da prestação

Artigo 3º - Gestor do contrato

Artigo 4º - Execução do contrato

Artigo 5º - Preço Base

Artigo 6º - Condições de Pagamentos

CONTRATO

Artigo 7º - Redução do Contrato a escrito

Artigo 8º - Regras de interpretação do contrato

Artigo 9º - Incumprimento do contrato

Artigo 10º - Exercício do direito de resolução

Artigo 11º - Suspensão do contrato

Artigo 12º - Casos fortuitos ou de força maior

Artigo 13º - Cessão da posição Contratual e Subcontratação

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Artigo 14º – Seguros

Artigo 15º - Sigilo e confidencialidade

Artigo 16º - Tratamento de dados pessoais

Artigo 17º - Conformidade e garantia técnica



PENALIDADES CONTRATUAIS

Artigo 18.º - Mora e cumprimento defeituoso

Artigo 19.º - Penalidades contratuais

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Artigo 20.º - Resolução alternativa de litígios

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 21.º - Comunicações e notificações

Artigo 22.º - Contagem dos prazos na fase de execução do contrato

Artigo 23.º - Legislação aplicável



DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º – Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar pela Câmara Municipal de Tondela, que tem por objeto principal a Prestação de Serviços para montagem, assistência técnica e desmontagem da instalação elétrica da FICTON 2024.

Artigo 2º – Prazo de execução da prestação

O prazo de fornecimento da totalidade da prestação dos serviços é de 36 dias, após a outorga do contrato.

Artigo 3º - Gestor do contrato

1. Para o acompanhamento permanente e para a garantia da boa execução do contrato, é designado um gestor nos termos do artigo 290º- A do CCP.
2. O gestor detetará os desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, identificando e propondo medidas corretivas que se revelem adequadas, ao órgão competente para a decisão de contratar.

Artigo 4º - Execução do contrato

Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargo ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a) Fornecimento dos serviços objeto do contrato, com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no Anexo A do presente Caderno de Encargos.
 - b) Fornecimento dos serviços, no prazo contratual previsto.
 - c) O objeto do concurso será prestado (FICTON, sita na Rua Cmt João matos Ferreira/ Parque Urbano 2º Fase, de acordo com o estipulado no presente caderno de encargos e mapa de quantidades.
2. É da responsabilidade do Adjudicatário a seleção e o recrutamento de todo o pessoal especializado e não especializado para a execução da prestação de serviços.



3. Todos os materiais, equipamentos e transporte necessários à prestação do serviço são da responsabilidade do adjudicatário;
4. Durante a vigência do contrato, a entidade adjudicante reserva-se o direito de proceder à verificação dos materiais e à inspeção dos equipamentos, sempre que o entenda conveniente, podendo, caso se justifique, mandar suspender e/ou substituir a utilização de qualquer produto ou equipamento;
5. A entidade adjudicante poderá, em qualquer altura, determinar a substituição do pessoal que entenda não dever autorizar a permanecer nas suas instalações;
6. É da responsabilidade do Adjudicatário Garantia da conformidade dos serviços prestados.

Artigo 5º - Preço Base

1. Pela aquisição dos serviços objeto do contrato a celebrar, a Câmara Municipal de Tondela dispõe-se a pagar ao prestador de serviço o preço base de 11.912,00€, acrescido de IVA à taxa legal.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, nomeadamente, as despesas de alojamento, alimentação e deslocação dos recursos humanos, transporte, bem como, quaisquer encargos com seguros.
3. Para a fixação do preço base, teve-se em consideração a consulta preliminar prevista no art.º 35-A do CCP, às empresas:
 - Tondelenergy Instalações Técnicas LDA – NIPC: 510119654
 - Ambidão Electricidade e Aquecimento do Dão, LDA – NIPC: 502709596
 - Frotavis - Aluguer Equipamentos Industriais, Unipessoal – NIPC: 506141110
 - Nosil LDA – NIPC: 508303397
 - António F. F. Correia, Lda – NIPC: 509868592
 - Somitel Energia, Lda- NIPC: 515404772
 - CRITERIOS EXPLICITOS Unipessoal, Lda – NIPC: 515817988



Artigo 6º - Condições de Pagamentos

1. A(s) quantia(s) devidas pela Câmara Municipal de Tondela, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) até 60 dias após a emissão das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o cumprimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal de Tondela, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os fundamentos, ficando o prestador de serviço obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

CONTRATO

Artigo 7º - Redução do Contrato a escrito

O contrato será reduzido a escrito nos termos do artigo 94 do CCP.

Artigo 8º - Regras de interpretação do contrato

1. O Contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
 - a) O clausulado contratual e seus anexos;
 - b) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - c) Os esclarecimentos e as retificações das peças do procedimento que a Câmara Municipal venha a prestar nos termos do artigo 50.º do CCP;
 - d) O presente Caderno de Encargos;
 - e) A proposta adjudicada;
 - f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os elementos referidos nas alíneas b) a f) do número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.
3. Em caso de divergência entre os elementos referidos no número anterior e o clausulado contratual e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos



propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.

Artigo 9º - Incumprimento do contrato

O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte, o direito de resolver o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

Artigo 10º - Exercício do direito de resolução

O exercício do direito de resolução terá lugar, mediante comunicação, por carta registada com aviso de receção, dirigida à contraparte da qual conste a identificação do incumprimento contratual em causa.

Artigo 11.º - Suspensão do contrato

Sem prejuízo do direito de resolução do contrato, o Município pode, em qualquer altura, por comprovados motivos de interesse público, suspender total ou parcialmente a execução do contrato.

Artigo 12º - Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade de por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. Entende-se por caso fortuito, ou de força maior, qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive de falta ou negligência de qualquer delas.
3. A parte que invocar caso fortuito ou de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação normal.



Artigo 13º - Cessão da posição Contratual e Subcontratação

Subcontratação

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não poderá ceder, no todo ou em parte, a terceiros, os direitos e obrigações que lhe advierem do contrato sem prévia autorização, dada por escrito, da entidade adjudicante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
 - a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
 - b) A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra abrangido por nenhum dos impedimentos previstos nos arts.º 55º e 317.º do CCP, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Artigo 14º - Seguros

1. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos de responsabilidade civil e de acidentes de trabalho, nos termos da legislação em vigor.
2. O contraente público poderá, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo de 24 (vinte quatro) horas.



Artigo 15º - Sigilo e confidencialidade

1. O adjudicatário garantirá sigilo quanto a informações relacionadas com a atividade da Câmara Municipal, de que o seu pessoal venha a tomar conhecimento no exercício das suas funções ou por causa delas e responderá civilmente por todos os danos que a inobservância de tal dever de sigilo venha a causar.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Artigo 16º - Tratamento de dados pessoais

Nos termos e para os efeitos previstos no Regulamento Geral de Proteção de Dados (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, os eventuais dados pessoais que venham a ser transmitidos no presente procedimento serão tratados com a finalidade de gestão e conclusão daquele, ou para outras finalidades que decorram de obrigações legais a que o contraente público esteja adstrito.

Artigo 17º - Conformidade e garantia técnica

A entidade adjudicatária obriga-se a garantir a qualidade técnica dos serviços contratados, de forma a garantir os requisitos e especificações definidos para o serviço, bem como o cumprimento da legislação aplicável.

PENALIDADES CONTRATUAIS

Artigo 18º - Mora e cumprimento defeituoso

1. No caso de mora no cumprimento ou cumprimento defeituoso das prestações do contrato por parte do adjudicatário, poderá o Município, interpelar o adjudicatário para cumprir pontualmente as tarefas contratadas, quando tal ainda for possível e se mantenha o



interesse do credor na prestação, devendo nesse caso o adjudicatário dar-lhe cumprimento imediato, bem como suportar os danos que o Município, sofra na sequência de tais atos.

2. Ao ser interpelado para os efeitos previstos no número anterior deverá o adjudicatário cumprir imediatamente e de forma integral e satisfatória a prestação em falta.

Artigo 19º - Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Tondela, pode exigir da entidade adjudicatária o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos do artigo 329.º do CCP.

2. O valor das penalidades é descontado na fatura referente ao período em que se deu o facto que originou a sua aplicação.

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Artigo 20º - Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada o tribunal com competência territorial sobre Tondela, com expressa renúncia a qualquer outro.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 21º - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

3. Até à celebração do contrato as comunicações far-se-ão através da plataforma eletrónica www.acingov.pt.



Artigo 22º - Contagem dos prazos na fase de execução do contrato

1. À contagem de prazos na fase de execução do contrato são aplicáveis as seguintes regras:

- a. Não se inclui na contagem do prazo o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr;
- b. Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- c. O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês;
- d. O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço, perante o qual deva ser praticado o ato, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

Artigo 23º - Legislação aplicável

Em tudo o omissso neste Caderno de Encargos observar-se-á a legislação aplicável.



ANEXO A

CARACTERÍSTICAS, ESPECIFICAÇÕES E REQUISITOS TÉCNICOS

A FICTON decorrerá entre os dias 11 a 16 de setembro de 2024, na zona da Feira Semanal, sito na Rua Comandante João Matos Ferreira (40°31'14.56"N, 8° 4'44.13"W).

Com a presente prestação de Serviços pretende-se:

- Emissão de Fichas Eletrotécnicas, Termos de Responsabilidade de Execução, Termos de Responsabilidade pela Exploração, para celebração de 2 contratos para fornecimento de energia elétrica para eventos do tipo BTE e um outro do tipo BTN;
- Fornecimento e montagem de quadros elétricos e medição do valor de “Terra”;
- Alimentação de energia com instalação de cablagem a bilheteiras, expositores, insufláveis, cozinha, camarins, instalações sanitárias, bares, artesanato, tasquinhas, apoio às tasquinhas, a partir de quadros elétricos;
- Eletrificação com colocação de iluminação e tomadas nas bilheteiras, expositores, cozinha, camarins, instalações sanitárias, bares, artesanato, tasquinhas, apoio às tasquinhas equipamentos, bem como da zona exterior (máquinas agrícolas e espaço automóvel);
- Fornecimento e instalação de todo o material elétrico necessário, do qual se destaca e se estima o mais relevante:
 - a) quadro elétrico para ligação eventual em BTE, incluindo-se portinhola, caixa para contagem, caixa para TI's (2 unidade);
 - b) quadro elétrico para ligação eventual em BTN, incluindo-se portinhola, caixa para contagem (1 unidade);
 - c) quadros elétricos a instalar nas tasquinhas, dotados de interruptor diferencial 2x40/300mA e 2 disjuntores magneto-térmicos de 16A (10un)
 - d) passa cabos (60m);
 - e) execução de ramal, incluindo o respetivo cabo, para ligação BTE de 110KVA (70m aéreo – 2Vg)
 - f) execução de ramal, incluindo o respetivo cabo, para ligação BTN de 27,60KVA (100m aéreo – 1Vg)
 - g) cabos do tipo XV3x25+2G16mm (850m)
 - h) cabos do tipo XV5G16mm (900m)
 - i) cabos do tipo XV5G10mm (500m)



j) cabos do tipo XV3G2,5mm (800m)

l) material consumível (exemplo: fita isoladora, ligadores, braçadeiras de serrilha, etc.);

- Reforço da iluminação do recinto da Feira;

- Verificação, reaperto de ligações durante o evento;

- Monitorização dos consumos energéticos com registo diário das leituras de todos os equipamentos de contagem (contratos eventuais, incluindo os de iluminação decorativa, cuja instalação não se encontra incluída no presente procedimento);

- O Prestador de Serviços deverá estar dotado de cablagem, equipamentos de proteção magnetotérmica e diferencial para que de imediato solucione eventuais avarias. O material/equipamento para substituição no caso de avarias será fornecido pelo Prestador de Serviços;

- Desmontagem de todo o material anteriormente instalado, após o término da Feira (todo o material fornecido pelo prestador de serviços será entregue ao mesmo).

O Prestador de Serviços deverá ainda estar dotado de meios humanos e materiais, bem como equipamento de proteção individual, ferramentas, equipamentos de medida, meios de elevação (nomeadamente plataforma elevatória e escadas), que permitam em segurança e de acordo com as boas práticas, cumprir com os prazos estabelecidos.

As montagens deverão ocorrer até ao dia 11 de setembro.

A Assistência técnica durante o evento, com permanência de colaborador, em período diurno e noturno, para resolução imediata de eventuais avarias que ocorram.

A Assistência Técnica durante o evento decorrerá no seguinte horário:

- dia 2024.09.11 -> das 14h às 24h

- dia 2024.09.12 -> das 00h às 02h e das 14h às 24h

- dia 2024.09.13 -> das 00h às 02h e das 14h às 24h

- dia 2024.09.14 -> das 00h às 02h e das 14h às 24h

- dia 2024.09.15 -> das 00h às 02h e das 14h às 24h

- dia 2024.09.16 -> das 00h às 02h e das 14h às 24h

- dia 2024.09.17 -> das 00h às 02h

As desmontagens e acondicionamento de materiais deverão ocorrer nos dias subsequentes ao dia 18 de setembro.